

LEITURA, ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES

Carol Prado BASILIO DE OLIVEIRA¹
Renatha Adryana de Carvalho Santos MORAES²
Karolynne Kaya Maria Amorim MOURA³

Resumo

O presente artigo, por meio dos resultados de uma pequena pesquisa, aborda a leitura como foco de atenção de algumas iniciativas públicas para o seu fomento. A pesquisa, realizada em escolas estaduais e municipais de Maceió sob o eixo da existência e funcionamento de salas de leitura e/ ou bibliotecas e suas estruturas, nos confirma alguns resultados preocupantes que serão apontados no texto. Citados como políticas públicas de incentivo à leitura, o “Literatura em minha casa” e o PNAIC, aparecem como exemplos de possibilidade ofertadas pelo governo brasileiro, no entanto, como apresentam objetivos, estruturas e públicos-alvo diferentes, a abordagem sobre ambos não tem caráter comparativo, apenas nos conduzem à discussão sobre a leitura, seus aspectos políticos, sociais e contribuições.

Palavras-chave: Leitura; Políticas sociais.

Introdução

O ser humano vive em busca da igualdade de seus direitos, desde os tempos mais antigos. Essa busca, ao longo dos anos, tem se traduzido em lutas e conquistas sociais.

¹ Pedagoga e pós-graduada em Formação de Professores e Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; mestranda em Educação, também pela UFAL, na área de Educação e Linguagem, GP: ESCRITURA, TEXTO E CRIAÇÃO; professora concursada da Rede Municipal de Educação desde 2001, atuando em turmas do 1º ao 5º ano, atualmente na Escola Hermínio Cardoso; e-mail: carolindabasilio@hotmail.com.

² Professora graduada em Letras, Língua Portuguesa e Língua espanhola, pela Universidade Federal de Alagoas; pós-graduada em Psicopedagogia; concursada nas Redes Estadual e Municipal de Maceió de Educação desde 2001, atuando em turmas de 1ª a 3ª séries do Ensino Médio, na Escola Estadual Pe. Cabral, da Rede Estadual e em turma do 1º ano do Ensino Fundamental, na Escola Hermínio Cardoso, na Rede Municipal; e-mail: renathaapaixonadaporjesus@hotmail.com.

³ Graduada em Letras, Língua Portuguesa e Literatura, pela Universidade Federal de Alagoas e Direito, Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste; pós-graduada em Direito Processual, pela Centro de Ensino Superior de Maceió; Mestranda em Educação, pela Universidade Federal de Alagoas, na área de Educação e Linguagem, GP: ESCRITURA, TEXTO E CRIAÇÃO karol_kaya@hotmail.com.

Não há dúvida de que com a educação também não é diferente. As ações estatais constituem políticas públicas com vistas à promoção social e à qualificação e formação do homem em meio à sociedade.

Tratar de questões políticas e sociais, no âmbito da educação, é tarefa desafiadora, não apenas pela investigação de dados políticos que visem o favorecimento da aprendizagem, mas pela eficácia e controle das políticas públicas criadas.

Quando o assunto é leitura, o tema parece causar certo efeito de obstáculo por parte da maioria dos que compõem o entorno da escola. Há de se considerar, contudo, que acreditar no incentivo à leitura permeia outras questões sociais tão relevantes como a qualificação social e a construção de homens que, como bem esclarece Ínstvân Mészáros (2005), saibam pensar e possam “usar a palavra como arma para transformar o mundo”.

Comungando dessa ideia, a professora Inez Matoso (2005) afirma que “[...] quanto mais letrado um povo, melhores índices sociais este povo apresenta”. Tais palavras refletem questionamentos que apontam para qualidade de vida e melhores índices dos grupos sociais.

Nesse contexto, as questões econômicas também estão atreladas aos aspectos sociopolíticos, no sentido de que muitos dos meios de comunicação como jornais, revistas, computadores, livros e outros bens e recursos informativos estão diretamente ligados ao capital, de modo que, em sua maioria, a população só tem acesso a esses instrumentos mediante condição financeira, o que acaba limitando o acesso à cultura e ao conhecimento. Significa dizer com isso que, diante desse quadro, a população com menor poder aquisitivo, dificilmente terá a oportunidade de acesso a esses bens de consumo.

Contudo, apesar dos problemas sociopolíticos que envolvem a política, a economia e, inclusive, a formação da própria escola, há de se considerar, ainda, a criação de estratégias e ações públicas que visam o incentivo e a promoção de leitores na escola.

Nessa direção, algumas dessas ações sociais e políticas apresentadas a seguir são destinadas ao desenvolvimento de um trabalho participativo de leitura entre os sujeitos da escola: professores, alunos, gestores e comunidade.

Políticas públicas de incentivo à leitura

É passível de reflexão o fato de que o fomento à leitura e todos os benefícios provenientes da aquisição desse hábito perpassam pela atuação da máquina pública que assiste a população de um país. Desse modo, a percepção e atuação dos governos no tocante a ações efetivas de incentivo à leitura parece óbvia e preponderante para a construção de uma sociedade minimamente instruída.

Nesse sentido, a existência (criação e manutenção) de bibliotecas e salas de leituras públicas, escolares e não-escolares como ambientes permanentes de acesso a livros e demais portadores de textos, bem como ações periódicas e/ou temporárias de promoção e incentivo à leitura devem compor o quadro de políticas públicas de promoção de leitores.

Para a formação de cidadãos melhor capacitados e qualificados em quaisquer aspectos da vida em sociedade, o investimento em leitura faz-se necessário; o que deve ocorrer, principalmente, a partir da oportunização da leitura por meio da iniciativa pública, em suas diferentes esferas.

Uma importante iniciativa de fomento à prática de leitura ocorrida no Brasil através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, foi o PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola. Este programa compreendeu um plano de ações desenvolvidas nas escolas públicas de todo o país a partir do ano de 1998.

Dentre as diversas ações desenvolvidas pelo PNBE, destacou-se a “Literatura em minha casa”, responsável pela distribuição de livros paradidáticos para crianças matriculadas em escolas públicas do país.

Obras como “A arca de Noé”, “Bazar do folclore”, “O mistério de Feiurinha”, “Bisa Bia, Bisa Bel”, “O fantasma no porão”, “A árvore que dava

dinheiro”, “Os miseráveis”, “Odisseia”, “Os três mosqueteiros”, “Eu chovo, tu choves, ele chove”, dentre tantas outras constituem o acervo variado e estimulante que fora distribuído para as crianças e adolescentes de todo o Brasil.

As coleções que contavam com títulos de poesia de autor brasileiro, conto, novela, clássico da literatura universal e peça teatral passaram a integrar o conteúdo das conversas entre dos estudantes de todo o país que, mesmo sem possuir bibliotecas ou salas de leitura tiveram a oportunidade de acesso a livros de variados temas e gêneros textuais.

A ação aconteceu durante os anos de 2001 a 2003 e, nesse período, a distribuição de livros foi realizada com a seguinte abrangência:

- ✓ 2001 – acervo composto por seis coleções com cinco livros cada uma, cada criança das antigas 4ª e 5ª séries do Ensino Fundamental foi contemplada com ao menos uma das coleções e as escolas com quatro acervos;
- ✓ 2002 – o acervo contou com oito coleções, de cinco livros cada uma, mas foi distribuído apenas com as crianças da 4ª série. As escolas receberam um acervo;
- ✓ 2003 – atingiu crianças da 4ª e da 8ª séries; para as crianças da 4ª série a distribuição ocorreu como nos anos anteriores, para os alunos da 8ª, foi entregue uma coleção de quatro livros diferentes dos da 4ª série.

Como o que se propunha no “Literatura em minha casa” era levar o livro para dentro de casa e incentivar a troca de títulos entre os alunos, tornou-se difícil avaliar os efeitos dessa iniciativa, embora existam estudos acerca do Literatura em minha casa, esses não abordam o aspecto quanti-qualitativo dessa iniciativa, sobre o reflexo ou contribuição do programa para a ampliação do número de leitores ou da qualidade da leitura em relação às crianças e adolescentes contempladas com o recebimento dos livros do programa.

O PNBE, como ação política pública de incentivo à leitura, segundo informa o próprio site do Plano, continua em vigor, no entanto, com outros tipos de abordagens, atuando mais diretamente em relação à estruturação de acervos das bibliotecas escolares e formação do professor.

Em contrapartida, o PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, se constitui como uma ação pública de iniciativa do Governo Federal, através do MEC, criada como apoio às escolas públicas, no tocante à alfabetização das crianças matriculadas no ensino público.

Em linhas gerais, a proposta do PNAIC trata de viabilizar formações com bolsas para os professores das escolas públicas que lecionam do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, além da disponibilidade de materiais didáticos, a saber: livros didáticos e obras complementares da literatura infantil, jogos e softwares de apoio pedagógico.

Tendo em vista que muitas crianças da rede pública de ensino não possuem acesso fácil ao universo literário, esta iniciativa trazida pelo PNAIC, além de ser um recurso importante para o processo de alfabetização, trará uma aproximação dessas crianças com a leitura e a produção de textos.

Um dos princípios norteadores do projeto é o desenvolvimento das capacidades de leitura e produção de textos que, conforme sua descrição informativa, ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo nos primeiros anos da Educação Básica, garantindo assim, o acesso e conhecimento de gêneros literários discursivos e de circulação social, além de propor situações de interação em que as crianças se reconheçam protagonistas de suas próprias histórias.

O acervo recebido por cada professor inscrito e frequentador das atividades de formação do PNAIC deve ser mantido em cada sala de aula de atuação do professor que, por sua vez, tem a tarefa de desenvolver, junto aos estudantes, ações de incentivo à leitura e discussões sobre os títulos componentes do acervo.

A pesquisa: percepções a partir de seus resultados

Partindo do princípio de que a rede pública de ensino deveria propiciar ao alunado a efetiva utilização de bibliotecas escolares e salas de leitura, como fontes propulsoras do incentivo à leitura, observa-se que o público destas

instituições, cada vez mais se distancia do seu papel de leitor, justamente por não possuir esses espaços motivação.

A carência de profissionais que atuem nas bibliotecas e salas de leituras revelam um discurso preocupante para quem se dedica ao trabalho de promoção de leitores nas escolas públicas. De acordo com os resultados da pesquisa realizada, ao passo que o PNAIC vem surtindo as salas de aula com um pequeno acervo, as bibliotecas e salas de leitura vêm sendo esquecidas.

A pesquisa foi realizada em 9 escolas da rede pública de ensino de Maceió, que terão seus nomes preservados no intuito de garantir a conduta ética própria da pesquisa científica imparcial. Dentre as escolas pesquisadas 4 são estaduais e 5 municipais. Nas quais foram obtidos os seguintes resultados:

- ✓ **Quanto à existência e funcionamento:** apenas 5 escolas possuem biblioteca ou sala de leitura; destas somente duas estão em funcionamento;
- ✓ **Quanto ao profissional responsável:** em 1 das escolas foi encontrada 1 bibliotecária e uma professora afastada da sala de aula, nas outras quatro escolas, 3 funcionam com professoras afastadas de suas funções de sala de aula e 1 com outro profissional (do setor administrativo);
- ✓ **Quanto ao acesso, frequência e forma de utilização pelos alunos e professores:** dentre as 5 que possuem sala de leitura ou biblioteca, apenas 2 apresentam funcionamento regular, ambas apenas para consulta, sem empréstimos; outras 2 permitem o acesso esporadicamente, mas não têm atividade regular e 1 está fechada para reforma; nas 4 escolas o acesso às estantes é livre aos alunos, sendo que em 1 delas os alunos somente têm acesso à sala acompanhados por um professor responsável; no geral a busca por livros pelos alunos limita-se à realização de trabalhos solicitados esporadicamente por

professores, que também não frequentam regularmente esses ambientes;

- ✓ **Quanto ao acervo e realização de atividades pedagógicas:** todas as escolas que afirmaram ter sala de leitura ou biblioteca possuem acervo composto pelos mesmos tipos de obras: clássicos da literatura brasileira e universal, dicionários, didáticos, revistas, além de manuais de projetos do governo dos quais a escola participou ou participa; apenas em 2 escolas há projetos pedagógicos de incentivo à leitura: 1 relacionado a iniciativas do Governo Federal, por meio do MEC; 1 por iniciativa da própria escola, desenvolvido pelas profissionais responsáveis.

A iniciativa de alfabetização na “idade certa” corre o risco de não completar seus objetivos relativos à formação de leitores, pois sem a existência de espaços como as bibliotecas e salas de leituras para a efetivação da formação de leitores, as ações existentes tornam-se ineficazes pois não há o acesso às obras e o público atendido pelas escolas públicas depende majoritariamente desses espaços para ter contato com livros e outros portadores de textos.

Sabe-se que a escola deve ter o compromisso de objetivar a formação do leitor, e que a leitura deve ser valorizada como estratégia essencial para o indivíduo compreender, de forma crítica, a realidade em que está inserido; deve também garantir acessibilidade aos alunos para a utilização de livros, revistas, boletins informativos, periódicos que venham explorar diversos e variados gêneros textuais no decorrer da formação do estudante.

Todavia, é necessário salientar que o aspecto afetivo é de fundamental relevância para despertar o gosto pela leitura e resgatar o prazer em ler por apreciação. O que esbarra na falta de estrutura física e profissional das escolas para receber os estudantes de forma eficiente.

Ambientes mal iluminados, sem ventilação, sem mobiliário para acomodação adequada dos livros e dos visitantes, livros não catalogados e

portanto sem possibilidade de empréstimos, são condições que desfavorecem qualquer iniciativa de estímulo à leitura.

Considerações

Como se vê, a leitura e seus estudos são atividades complexas do homem no contato com o mundo, como bem apresenta a professora Inez Matoso (2008).

As ações de políticas públicas e sociais, com vista ao melhoramento do desempenho do aluno, existem e são estruturadas com o fim do desenvolvimento do sistema educacional, no âmbito da leitura. Todavia, cumpre considerar que a mera criação e desenvolvimento de ações, como as citadas anteriormente, não surtirão grandes efeitos se não forem devidamente cuidadas, no sentido do controle e da aplicabilidade.

Os espaços de acesso à leitura como as bibliotecas escolares e salas de leituras precisam existir e funcionar para que se possa cobrar das escolas o desenvolvimento do gosto pela leitura nos estudantes. É antagônico dizer que se formam leitores quando o acesso à leitura limita-se à utilização de livros didáticos e algumas poucas obras, em acervo restrito, dentro de salas de aula.

Vale ressaltar, que o trabalho de efetivação da formação de leitores não deve ficar apenas por conta da ação em si, mas, sobretudo, contar com a participação de todos que compõem o sistema (formação de professores leitores, alunos, gestão escolar, comunidade, etc.).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**: Programa Nacional Biblioteca da Escola. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-historico>. Acesso em: 21 de agosto de 2014, às 21h.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Apresentação:** Programa Nacional Biblioteca da Escola. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>. Acesso em: 21 de agosto de 2014, às 22h.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto pela alfabetização na idade certa: planejamento e na alfabetização.** ano 3: unidade 1 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17459&Itemid=817. Acesso em 21 de agosto de 2014

CADEMARTORI, Lígia. **Literatura para todos: Conversa com educadores.** Brasília, 2006.

MESZÁRIOS, Instvan. **Educação para além do capital.** BOITEMPO, 2005.

SILVEIRA, M. Inez Matoso. **Modelos Teóricos e Estratégias de leituras – suas implicações no ensino.** Maceió, EDUFAL, 2005.

Anexo - Formulário de Pesquisa

Página 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO
DISCIPLINA LEITURA E COGNIÇÃO
PROFESSORA DR^a. MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE

**PESQUISA: EXISTÊNCIA E USOS DE SALAS DE LEITURAS E/OU
BIBLIOTECAS ESCOLARES NAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAL E ESTADUAL
DE MACEIÓ**

1) Existe sala de leitura ou biblioteca nesta unidade de ensino?
() Sim
() Não

2) Ela(s) se encontra(m) em pleno funcionamento?
() Sim
() Não

3) Qual é o profissional responsável:
() professor
() bibliotecário
() outro _____

4) Com que frequência os alunos a utilizam?
() 1 vez por semana
() 1 vez a cada 15 dias
() 1 vez por mês
() esporadicamente
() a frequência de utilização da sala é de livre opção de cada professor.

5) Algum professor a utiliza como recurso para suas aulas?
() sim, todos
() sim, apenas alguns
() não, utilizam apenas o espaço físico
() não utilizam

6) Em quais situações os alunos utilizam esta sala:
() leitura por prazer
() pesquisa
() trabalhos diversos

- () para passar/preencher o tempo
() outros _____

7) Que tipos de livros compõem o acervo?

- () Literatura em minha casa
() Clássicos da literatura brasileira
() Dicionários
() Enciclopédias de pesquisa
() Livros didáticos
() Acervo do PNAIC
() Revistas escolares
() Outros. Quais? _____

8) O profissional responsável desenvolve alguma atividade pedagógica?

- () Não.
() Sim. Especifique _____

9) Se há um profissional na sala de leitura ou biblioteca, em qual turno ele trabalha:

- () Matutino
() Vespertino
() Noturno
() Intermediário. Especificar horário _____.

10) Como se dá o acesso aos livros?

- () Os alunos têm acesso livre às estantes, inclusive para empréstimo
() Os alunos têm acesso livre às estantes apenas para consulta.
() Os alunos têm acesso apenas aos livros indicados pelos professores.
() Apenas os professores podem locar livros para os alunos.
() Os alunos não têm acesso aos livros.

11) A escola já realizou algum evento de incentivo à leitura desde a criação desse espaço?

- () Sim.
() Não.
Cite o(s) evento(s) _____.